

BANCO DE PORTUGAL ABANDONOU INDEPENDÊNCIA E RIGOR TECNICO A QUE ESTÁ OBRIGADO E ENTROU NA CAMPANHA PARA BAIXAR SALÁRIOS E LIBERALIZAR DESPEDIMENTOS¹**RESUMO DESTE ESTUDO**

O Banco de Portugal, abandonou a independência e o rigor técnico a que está obrigado, e no seu Boletim Económico - Primavera 2007, entra na campanha de propaganda em curso para baixar ainda mais os salários, liberalizar os despedimentos individuais e reduzir a protecção aos desempregados. Para o Banco de Portugal (BP) a “rigidez salarial “ passou a ser um obstáculo que impede que as empresas se adaptem à situação actual; os elevados subsídios de desemprego bem como a sua excessiva duração (?) são a causa do desemprego; e a insuficiente flexibilidade do mercado do trabalho constitui uma razão para a diminuição do investimento empresarial. Tudo isto na linha do neoliberalismo puro e duro de importação que domina actualmente o pensamento económico oficial foi depois multiplicado acriticamente pelos media afectos ao poder económico e político como fosse uma verdade absoluta numa clara manipulação da opinião pública.

Num estudo recente do Banco Central Europeu (BCE), citado numa publicação do Ministério do Trabalho e da Segurança Social editada em 2006, sobre a rigidez salarial o BCE concluiu precisamente o contrário., ou seja que “o mercado de trabalho português está entre os menos rígidos da zona euro ao analisar a elasticidade dos salários reais no período de 1994-2001 relativamente à taxa de desemprego (-0,247)”. De acordo com o próprio Boletim do Banco de Portugal os salários reais diminuíram -1% entre 2002 e 2006 (na Administração Pública a quebra foi muito maior). No entanto Victor Constâncio considera que é ainda insuficiente, e que a descida devia ser muito maior, e ser nos próprios salários nominais, ou seja, um “choque salarial” que foi defendido em Portugal, em Dezembro de 2006, pelo neoliberal Olivier Blanchard do MIT /USA. Na mesma publicação, o Ministério do Trabalho também desmente o Banco de Portugal em relação à excessiva protecção que teriam os desempregados afirmando que “a legislação sobre o subsídio de desemprego, não é generosa em termos de condições de acesso e manutenção” em Portugal, pois apenas 40% dos desempregados recebem subsídio de desemprego.

Em relação à rigidez do mercado de trabalho português também criticada pelo BP, a análise da evolução da população activa em situação precária, no período 2001-2006, mostra que a rigidez do mercado de trabalho também não corresponde à verdade. A confirmar isso, está o aumento significativo da precariedade em Portugal. Entre 2001 e 2006, a população activa na situação de precariedade aumentou de 35,8% para 38,4% da população activa total, tendo alcançado 2.155.100 no fim do 4º Trimestre de 2006, o que mostra que o mercado de trabalho é flexível à custa da estabilidade do emprego dos trabalhadores.

Um dos argumentos mais utilizados para justificar a redução dos direitos aos trabalhadores tem sido a baixa produtividade do trabalho em Portugal. No entanto, fala-se sempre da baixa produtividade do trabalho, mas não se fala da que, segundo também a teoria económica capitalista, se chama produtividade do capital, que em Portugal está a diminuir sendo um dos problemas mais graves que o nosso País enfrenta actualmente pois está associada à quebra do investimento nos últimos 4 anos (-15%). Em relação à produtividade do capital o silêncio tem sido absoluto. E isto porque falar desta produtividade tornar-se-ia visível, a nível da opinião pública, a responsabilidade dos empresários. Entre 2000 e 2004, segundo o INE, a produtividade do capital diminuiu em Portugal nas empresas com menos de 100 trabalhadores em -36,8% e, nas com 100 ou mais trabalhadores, a quebra atingiu -43,2%. A produtividade do trabalho embora tenha aumentado 0,6% ao ano, cresceu sempre.

Quando se fazem comparações internacionais sobre produtividade esquece-se de comparar as remunerações, porque se isso fosse feito as conclusões já seriam diferentes. Em 2005, de acordo com o Eurostat, a produtividade do trabalho comunitária média era superior à portuguesa em 51%, mas o custo da mão obra comunitário médio era superior ao português em 74%. Pode-se assim dizer, para aquilo que os trabalhadores portugueses recebem, eles ainda têm uma produtividade superior à média comunitária. A produtividade do trabalho é uma medida parcial como afirma a própria OCDE, porque nela se reflecte a influência de muitos outros factores (tecnologia, organização da empresa, etc.). A provar isso, está o facto de que num conjunto de 12 empresas pertencentes ao grupo das 500 maiores empresas que existem em Portugal, a produtividade na melhor (Petrogal) é superior em 24 vezes à verificada na última da escala (Yazaki). Fica assim claro que a produtividade do trabalho não depende fundamentalmente do trabalhador, porque se dependesse não se verificariam diferenças tão grandes na produtividade entre empresas que funcionam em Portugal como sucede.

¹ Neste estudo utilizam-se dados da nossa intervenção no seminário sobre “Produtividade” organizado pela Comissão de Trabalho e Segurança Social da Assembleia da República realizado em 17.4.2007

O Banco de Portugal, dirigido pelo socialista Vítor Constâncio, abandonou o rigor técnico e a independência, e entrou abertamente na campanha, ao lado do governo e do patronato, para reduzir ainda mais os salários e para liberalizar os despedimentos individuais. No seu Boletim Económico da Primavera (Abril de 2007), na pág. 36, pode-se ler o seguinte: “ a rigidez salarial no mercado de trabalho português, uma das mais elevadas da União Europeia, não facilita o ajustamento das empresas a choques negativos sobre a procura dos seus produtos, especialmente tendo em conta que a legislação laboral dificulta a adaptação do número de trabalhadores à evolução da actividade das empresas”. E na pág. 37 acrescenta : “ a elevada cobertura financeira do regime de subsidio de desemprego , bem como a significativa duração potencial das suas prestações , estarão igualmente a contribuir para a manutenção de um nível considerável de desemprego de longa duração”. E como tudo isto já não fosse suficiente ainda escreve, na pág. 42, o seguinte: “O quadro institucional, caracterizado por uma insuficiente flexibilidade nos mercadosdo trabalho , tem igualmente penalizado o investimento empresarial”.

Assim, para o Banco de Portugal, seria a rigidez salarial, ou seja, a impossibilidade de baixar os salários nominais, porque os reais têm diminuído, a causa da crise das empresas; seria o valor elevado dos subsídios de desemprego e a sua excessiva duração a causa do elevado desemprego existente; e seria finalmente ainda a insuficiente flexibilidade no mercado do trabalho (o mesmo argumento está a ser utilizado pela Comissão da União Europeia na sua campanha da “flexigurança” visando liberalizar os despedimentos individuais) a causa da quebra do investimento. Portanto, causas que coincidem com as apontadas pelo pensamento económico neoliberal para exigir mais desregulamentação, menos protecção para os trabalhadores e desempregados, e mais desigualdades. Estes aspectos das teorias neoliberais mais serôdias e duras foram depois repetidos maciçamente pelos órgãos de informação afectos ao poder económico e político (jornais e TVs), que tiveram o cuidado de eliminar todo pensamento económico discordante, procurando assim fazer passar e transformar aquelas mentiras neoliberais em verdades absolutas. Desta forma assistiu-se e assiste-se a uma verdadeira campanha de manipulação da opinião pública alimentada e fomentada pelo próprio Banco de Portugal visando o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e dos desempregados.

SOBRE A RIGIDEZ DOS SALÁRIOS EM PORTUGAL E SOBRE A PROTECÇÃO EXCESSIVA AOS DESEMPREGADOS

É interessante e esclarecedor comparar a afirmação do Banco de Portugal sobre a rigidez salarial com uma outra do Banco Central Europeu sobre a mesma matéria. Num estudo publicado pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social, em Novembro de 2006, com o título “Flexibilidade e segurança no mercado de trabalho português”, na pág. 22 pode-se ler o seguinte: “ Um estudo recente publicado pelo Banco Central Europeu conclui que o mercado de trabalho português está entre os menos rígidos da zona euro ao analisar a elasticidade dos salários reais no período de 1994-2001 relativamente à taxa de desemprego (-0,247)” . E o próprio Ministério do Trabalho conclui: “ Tendo em conta que o emprego tem crescido em Portugal ao mesmo tempo que o desemprego pode ganhar a sustentação uma tese que defende que esse ajustamento pelo preço tem sido obtido, pelo menos em parte, com recurso a movimentos de flexibilidade externa, através da substituição dos trabalhadores por outros dispostos a aceitar salários mais baixos, oriundos do desemprego ou da inactividade” (pág. 23). E isto é em relação aos salários nominais, porque relativamente aos salários reais a situação é ainda mais grave.

Em relação à excessiva protecção dos desempregados que, segundo Victor Constâncio existiria em Portugal e seria a causa do aumento do desemprego, o Ministério do Trabalho e da Segurança Social também desmente o Banco de Portugal. Na supracitada publicação, na pág. 40, pode-se ler o seguinte. “A legislação sobre o subsidio de desemprego, não é generosa em termos de condições de acesso e manutenção. Há bastante restrições em termos de condições de admissibilidade e de duração de duração do subsidio. Esta última causa , determinará a saída do sistema de muitos desempregados de longa duração por esgotamento dos prazos , o que contribui para que apenas 40% dos desempregados beneficie de um rendimento de substituição proporcionado pela Segurança Social e explica provavelmente que as despesas com prestações de desemprego , em percentagem do total dos gastos sociais, seja, em Portugal, relativamente fraca: 3,6% para uma média de 6,2% na UE15, em 2001”². E, como se sabe, em 3 de Novembro de 2006, foi publicado o Decreto-Lei nº 220/2006, que reduziu ainda mais a protecção aos desempregados.

AUMENTO SIGNIFICATIVO DA PRECARIIDADE EM PORTUGAL

Contrariamente ao que afirma o Banco de Portugal, a rigidez do mercado do trabalho em Portugal não é elevada. O crescimento rápido da precariedade no nosso País prova isso. O quadro seguinte, construído com dados das Estatísticas do Emprego do INE, mostra o aumento significativo da precariedade em Portugal.

² Flexibilidade e segurança no mercado de trabalho português – DGEEP – MTSS

QUADRO I – População activa na situação de precariedade em Portugal – Em milhares

RÚBRICAS	4ºTrim. 2001	4ºTrim. 2002	4ºTrim. 2004	4ºTrim. 2006	Variação 4T2006-4T2001
1-POPULAÇÃO ACTIVA	5.341,0	5.389,0	5.523,6	5.601,4	4,9%
2-Contratos a prazo	593,4	614,1	566,9	657,0	10,7%
3-TCP - Isolados (recibos verdes)	945,9	920,4	899,1	880,1	-7,0%
4-Desemprego oficial	221,8	272,3	389,7	458,6	106,8%
5-Desemprego corrigido	337,8	401,1	525,3	614,0	81,8%
TOTAL PRECARIOS I (2+3+4)	1.761,1	1.806,8	1.855,7	1.995,7	13,3%
TOTAL PRECARIOS-II (2+3+5)	1.877,1	1.935,6	1.991,3	2.151,1	14,6%
TOTAL PRECARIOS- I /POP. ACTIVA	33,0%	33,5%	33,6%	35,6%	
TOTAL PRECARIOS II/POP. ACTIVA	35,1%	35,9%	36,1%	38,4%	

FONTE: Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006 –INE

Entre 2001 e 2006, a população activa aumentou 4,9%, mas a população activa precária cresceu 14,6%, ou seja, percentualmente 3 vezes mais. Em valor absoluto, a população precária atingia, no fim de 2006, já 2.151.100 portugueses, o que correspondia a 38,4% da população activa total, tendo aumentado 3,3 pontos percentuais entre 2001 e 2006. Afirmar, como faz o Banco de Portugal, que “o quadro institucional caracteriza-se por uma insuficiente flexibilidade nos mercados do trabalho” é fechar os olhos e procurar branquear a realidade.

O CUSTO DO TRABALHO E A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO EM PORTUGAL E NA UE25

Para atacar os direitos dos trabalhadores, um dos argumentos mais utilizadas é a baixa produtividade do trabalho em Portugal quando se compara com a media comunitária. No entanto, nestas comparações esquece-se sistematicamente de comparar também as remunerações. O quadro seguinte, construído com dados publicados pelo Eurostat, mostra que a realidade é outra quando se compara simultaneamente produtividade do trabalho e custo da mão de obra de Portugal com a média comunitária.

QUADRO II – Custo mão de obra e produtividade do trabalho em Portugal e na U.E. - 2005

PAISES	CUSTO MÃO OBRA - PPC		PRODUTIVIDA-PPC	
	Euros / Mês (12Meses)	PT=100	UE25=100	PT=100
União Europeia (25 países)	3.142,6	174%	100%	151%
ZONA EURO (12 países)	3.413,7	189%	106%	161%
PORTUGAL	1.810,3	100%	66%	100%
Alemanha	3.673,1	203%	103%	155%
Bélgica	3.761,6	208%	129%	195%
França	3.941,5	218%	119%	180%
Finlândia	2.933,5	162%	106%	160%
Holanda	3.802,9	210%	109%	166%
Inglaterra	3.926,1	217%	108%	164%

FONTE: Eurostat

Para anular os efeitos da diferença de preços que se verificam entre os diferentes países da União Europeia, utilizou-se valores PPC (Paridade Poder de Compra). E depois tomando como base Portugal (PT=100), os dados do Eurostat mostram que o custo de mão de obra (e tenha-se presente que este não inclui apenas as remunerações, mas sim todos os custos com o trabalho, remunerações e outras despesas); repetindo tomando como base o valores de Portugal, conclui-se que, em 2005, a produtividade média do trabalho na União Europeia era superior à portuguesa em 51%, mas o custo da mão de obra era maior do que o português em 74%. Idêntica relação se verifica relativamente a outros países também constantes do quadro anterior. Portanto, em conclusão, para o que recebem os trabalhadores portugueses, a produtividade em Portugal até era superior à média comunitária.

A DESCIDA SIGNIFICATIVA DA PRODUTIVIDADE DO CAPITAL EM PORTUGAL

Na campanha para reduzir salários e liberalizar os despedimentos levada a cabo pelo Banco de Portugal, pela Comissão Europeia com a sua “flexigurança”, pelo governo (recorde-se o Relatório OE2006, onde o governo defende que o aumento da competitividade da economia tem de ser alcançado com a contenção dos salários), e naturalmente também pelo patronato, um dos argumentos mais utilizados é precisamente o da produtividade. E relativamente a esta refere-se sempre à produtividade do trabalho, como fosse a única forma de a calcular. E isto porque assim se associa rapidamente aos trabalhadores criando a falsa ideia de que baixa produtiva portuguesa se deve exclusivamente a eles, o que não corresponde à verdade. Como consta no Manual da OCDE sobre produtividade, “a produtividade do trabalho é uma

medida parcial que reflecte a influência conjunta de um grande número de factores” (pág. 14), nomeadamente tecnologia, organização das empresas, economias de escala, inovação, etc..

Nesta campanha de manipulação da opinião pública, a produtividade do trabalho, associando naturalmente aos trabalhadores, é apresentada como causa de todos os problemas. Em primeiro lugar, interessa ter presente que a produtividade não é uma causa, mas sim uma medida. Obtém-se dividindo o produto obtido pelos recursos utilizados, e não apenas do trabalho. Em segundo lugar, interessa recordar que a produtividade pode ser calculada de diferentes maneiras (de acordo com a teoria económica capitalista, para além da produtividade do trabalho, pode-se e deve-se calcular a produtividade do capital, a produtividade multifactorial, a produtividade global). Em terceiro lugar, tão grave ou ainda mais grave em Portugal, do que a baixa produtividade do trabalho, é a quebra acentuada que se tem verificado na produtividade do capital. O quadro seguinte, construído com dados divulgados pelo INE, mostra a elevada quebra verificada entre 2000 e 2004 (são os últimos dados disponíveis) em Portugal.

QUADRO III – Variação da produtividade do capital em Portugal de acordo com a dimensão das empresas não financeira entre 2000 e 2004

ANOS	PRODUTIVIDADE SEGUNDO DIMENSÃO EMPRESAS	
	20-99 pessoas VAB/CAPITAL FIXO	100 ou + pessoas VAB/CAPITAL FIXO
2000	3,59	5,19
2003	2,80	2,99
2004	2,27	2,95
2004-02	-36,8%	-43,2%

FONTE: Sistema de Contas Integradas das empresas-INE

Nos últimos anos a produtividade do trabalho tem aumentado em Portugal, embora pouco. Em 2005 e em 2006 cresceu anualmente 0,6%. Mas a produtividade do capital, obtida dividindo o VAB pelo valor do capital fixo utilizado (valor do equipamentos e instalações utilizadas) sofreu uma forte quebra. Assim, entre 2000 e 2004, a produtividade do capital diminuiu, segundo o INE, nas empresas com menos de 100 trabalhadores, 36,8%, e nas com 100 ou mais trabalhadores a quebra na produtividade do capital atingiu 43,2%. São valores muito elevados, mas que ninguém fala deles, apesar de ter consequências graves para o País. E isto porque para obter a mesma quantidade de produto tem-se de utilizar muito mais capital fixo. Se se tiver presente que a partir de 2002 se tem verificado em Portugal uma forte quebra no investimento (entre 2002 e 2006, a FBCF diminuiu -15%), rapidamente se conclui da gravidade do problema. No entanto, apesar de tudo isto ser grave, não se fala da produtividade do capital. E isto porque se a evolução da produtividade do capital fosse conhecida, naturalmente a responsabilidade do empresário tornar-se-ia mais evidente para a opinião pública. Ao se falar apenas da produtividade do trabalho, torna-se mais fácil responsabilizar os trabalhadores por ela, ocultando-se que ela é originada por muitos outros factores que não são da sua responsabilidade. A provar isso está a grande variação que se verifica na produtividade do trabalho entre as empresas que funcionam no nosso País. O quadro seguinte, onde se encontra calculada a produtividade do trabalho relativa a 12 do grupo 500 maiores empresas a funcionar em Portugal, prova precisamente esse facto.

QUADRO IV - Produtividade do trabalho em 12 das 500 maiores empresas a funcionar em Portugal – Dados referentes a 2005

EMPRESAS	SECTOR	PRODUTIVIDADE DO TRABALHO – Euros
PETROGAL, S.A.	Distribuição de combustíveis	302.015
EDP DISTRIBUIÇÃO.	Água, electricidade e gás	214.465
SOMAGUE- S.A.	Construção	58.939
CIMPOR	Minerais metálicos e não metálicos	258.908
TABAQUEIRA, S.A.	Agro-indústria	177.648
AMORIM & IRMÃOS, S.A.	Madeira, cortiça e móveis	34.477
YAZAKI	Componentes eléctricas	12.329
FISIPE	Têxteis	27.201
BETÃO LIZ, S.A.	Minerais metálicos e não metálicos	84.024
LAMEIRINHO	Têxteis	19.211
INTERAVES .	Agro-indústria	23.064
F.RAMADA	Metalomecânica e metalurgia de base	60.481
MAIOR > MENOR		24

FONTE : As 500 maiores empresas - Revista Exame - 2006

A produtividade do trabalho na Petrogal é 24 vezes superior à que se registava na Yazaki. Mesmo dentro do mesmo sector – têxtil – a produtividade da “FISIPE ” é 40% superior à da “Lameirinhos”. É evidente que esta diferença tão grande na produtividade do trabalho entre as diversas empresas a funcionar em Portugal só poderá ser explicada por factores que nada têm ver com os trabalhadores. Referem-se fundamentalmente à tecnologia utilizada, à organização da empresa, à liderança, à inovação, ao sector que se situa, às economias de escala, etc.. Por exemplo, a importância de sectores de actividade de baixa produtividade como são os têxteis e a construção civil, a desindustrialização que se tem verificado em Portugal, assim como a quebra acentuada no investimento contribuem fortemente para a baixa produtividade verificada

Fica assim claro, por um lado, que as afirmações constantes do Boletim Económico – Primavera 2007 do Banco de Portugal que analisamos são meramente ideológicas pois não têm qualquer consistência técnica ou empírica e, por outro lado, que não é reduzindo os salários ou liberalizando os despedimentos individuais, como também defende o Banco de Portugal, que o emprego, o investimento e a produtividade aumentarão em Portugal. O que poderá suceder é precisamente o contrário, ou seja, o aumento do desemprego e a quebra na actividade económica, esta última determinada por uma maior generalização da pobreza e a consequente redução do mercado interno.

Eugénio Rosa
Economista
edr@mail.telepac.pt
21.4.2007